



A Floresta Amazônica como objeto de estudo da Comunicação Intercultural¹

Michael Hanke²

Eva Riempp³

Resumo

O objeto do estudo são as ações comunicativas veiculadas na mídia sobre o tema “Floresta Amazônica” em contextos diversos, como a política (política ambiental, política de segurança, política interna, política econômica, política externa etc.), a cultura, a economia, do direito etc. As observações baseiam-se em comparações interculturais entre o Brasil e a Alemanha das notícias relevantes para o tema veiculadas pela mídia.

Palavras-chave

Comunicação Intercultural; Ecologia Política; Floresta Amazônica.

Corpo do trabalho

1. Comunicação Intercultural: uma nova área da Comunicação

A Comunicação Intercultural, definida como o „processamento de uma mensagem num contexto cultural diferente daquele em que foi produzida“ (McDaniel et al. 2006, 7), é uma área relativamente nova da Comunicação. Surgiu na época da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos (ou melhor, o exército americano, como tantas outras vezes) decidiram investigar porquê e em razão de quais mecanismos culturas como a alemã e a japonesa entraram no caminho do fascismo, solicitando a cientistas renomados como Talcott Parsons, Margaret Mead e outros para indagar o „national character“ ou outros fatores possíveis. A questão foi considerada essencial para poder entrar no processo de conquistar „the hearts and the minds“ desses povos após o encerramento da guerra e estabelecer uma ordem mundial baseada na democracia, considerada uma opção melhor para garantir a paz mundial do que viver com sistemas fascistas e/ou totalitárias; assim, a transformação de uma cultura bélica e violenta numa cultura pacífica foi o motivo. A questão continua sendo relevante até hoje.

Historicamente, e de modo específico na Alemanha, iniciou o processo da chamada „reeducação“ (reeducation), que utilizou a comunicação como instrumento para ensinar e transmitir valores básicos da democracia, cuja falta foi considerada o motivo para o

¹ Trabalho apresentado na NP Teorias da Comunicação - Intercom.

² Professor da Universidade Johannes Gutenberg, Mainz (Alemanha). E-mail: hankemi@uni-mainz.de

³ Pesquisadora da Universidade Johannes Gutenberg, Mainz (Alemanha). E-mail: e.riempp@geo.uni-mainz.de.



surgimento do fascismo e os desastres que dele resultaram. Porém, isso ainda não levou à formação da nova área. A „intercultural communication“ teve origem propriamente nos Estados Unidos e Canadá, o que não se deu por acaso, uma vez que esses países são compostos por uma variedade de culturas. Outro impulso foram as pesquisas de Hofstede nas décadas de 70 e 80 (para uma revisão, ver Hanke (2004)). Um panorama da história e das teorias principais encontra-se em Gudykunst (2005) e Samovar et al. (2006), em inglês, e Straub et al. (2007), em alemão. O foco da presente contribuição é o problema da floresta amazônica dentro dessa perspectiva da comunicação intercultural.

2. Exposição do problema

Após um longo período de estabilidade, a ordem mundial da segunda metade do século XX sofreu uma profunda transformação com o fim do conflito ideológico Leste-Oeste e da distinção entre Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo; a antiga ordem mundial deu lugar a um mundo multipolar e multicultural, caracterizado por um entrelaçamento cada vez mais estreito de sistemas econômicos, ecológicos e políticos, entre outros. Essa transformação tem tido implicações nas relações internacionais entre os diversos Estados e sociedades, assim como em sua estrutura interna. Além disso, a opinião pública mundial tem acompanhado atenta e continuamente o processo, seja por veiculação na mídia impressa, seja nas mídias de massa ou na eletrônica.

Essas transformações, e o conseqüente surgimento de uma sociedade mundial, fizeram com que o foco do cenário de ameaças se deslocasse dos conflitos ideológicos e culturais para as ameaças ecológicas, representadas pelas mudanças climáticas em suas mais diferentes formas. Os efeitos de uma possível devastação das florestas tropicais e, por sua vez, a maior área contínua de floresta tropical do mundo, a Floresta Amazônica, tornaram-se recentemente assuntos de grande destaque.

Um outro fator que possivelmente terá influência na ordem mundial são as diferenças de disponibilidade e acesso aos recursos naturais, assunto com o qual a ciência e a imprensa têm se ocupado com cada vez mais freqüência. Se nos anos 60 e 70 os debates acerca do meio ambiente não ultrapassavam as fronteiras locais, hoje circulam na mídia do mundo todo imagens estarrecedoras de desertificações, devastações florestais, secas e enchentes. Somente com a difusão através da mídia de massa os problemas ambientais parecem estar adquirindo relevância internacional (KOHOUT, F. (1999), p. 17).

Independentemente da nacionalidade ou estrato social, os homens têm sido cada vez mais confrontados com o fato de que as atividades humanas e a exploração



descontrolada dos recursos naturais têm o seu preço. Imagens de catástrofes naturais, como o tsunami de 2006, as secas de 2006 e 2007 na Floresta Amazônica ou as inundações de 2008 em Burma, tornaram-se habituais.

Os efeitos das transformações ambientais sobre o homem é uma questão que a Ecologia Política procura esclarecer. Os estudos se utilizam de dados físico-geográficos que são analisados com base em questões sociológicas ou social-geográficas. A Ecologia Política parte do pressuposto de que as particularidades sociais, econômicas e culturais de uma sociedade sejam determinantes para o modo com que o homem se relaciona com a natureza e para os efeitos de suas ações sobre esta. Portanto, a abordagem não trata de limites de sustentabilidade postulados por um determinismo natural, mas sim, de uma escassez de recursos naturais de origem social, que se revela principalmente através da possibilidade de acesso aos recursos. Esse é o caso, por exemplo, das normas que regulam a exploração, o uso e a distribuição dos recursos naturais (KRINGS, T. (2001) p. 93 e 94). A relação do homem com as florestas tropicais é o melhor exemplo para demonstrar que as transformações ambientais locais e regionais têm conseqüências em nível transnacional.

Em virtude das complexas relações de dependência entre as partes envolvidas, a busca de soluções em âmbito global tem-se revelado árdua, mesmo porque os participantes das atuais discussões consistem em países desiguais, que possuem interesses diversos. No que diz respeito aos desafios políticos da questão, MAYER-TASCH considera-os de uma “dimensão inigualável”. Afinal, o que está em causa é não menos do que o equilíbrio ecológico e, conseqüentemente, a sobrevivência do ser humano, ou a sua forma de existência (MAYER-TASCH (1999), p. 17).

O debate é norteador por novos e antigos conflitos Norte-Sul, entre os países industrializados e os chamados países em desenvolvimento. Multiplicam-se as acusações de “imperialismo ecológico” às nações setentrionais, uma vez que a preservação da natureza prejudicaria o desenvolvimento das “nações do Sul”. Os países industrializados são acusados de dar prioridade à proteção ambiental em detrimento dos interesses da política econômica e de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. O debate não abrange apenas uma dimensão socioeconômica ou ecológica. A associação entre política de segurança e alterações ambientais não é nova, porém atual. O vínculo se torna evidente quando se observam as conseqüências das mudanças climáticas. Quase nenhum dia se passa sem que o tema seja abordado na mídia ou em discursos da política ambiental.



Em uma análise sobre o assunto, Javier Solana, alto representante de política exterior e de defesa comum da União Européia, concluiu que as mudanças climáticas são mais do que um desafio ecológico, pois carregam em si sérios riscos políticos e de segurança; tais mudanças, segundo Solana, agem como um “multiplicador de ameaças”, que exacerba pressões e instabilidades nacionais e internacionais (*Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 13/3/08). O sociólogo HARALD WELZER (2008) chegou a uma conclusão semelhante em seu livro mais recente: *Klimakriege. Wofür im 21. Jahrhundert gekämpft wird* (“guerras climáticas – pelo quê combateremos no século XXI”). Os riscos à segurança que as mudanças climáticas representam, diz Solana, faz com que a redução da emissão de gases de efeito estufa se torne uma aspiração e, com isso, meta das ações políticas.

Desse modo, o mundo passa a ser classificado de novas maneiras, de acordo com a distribuição e a exploração dos recursos naturais: por exemplo, o mundo dos países emissores de gases (como a Alemanha) e o mundo dos países que dispõem de recursos naturais capazes de capturar esses gases (como a floresta tropical amazônica brasileira). A água é outro recurso natural cuja disponibilidade, ou crescente escassez, irá tornar-se uma questão política em decorrência das mudanças climáticas. Sob esse aspecto, o mundo é dividido em países que não dispõem do recurso ou que não possibilitam o acesso a esse recurso e em países nos quais está disponível a todos em abundância. A série de fatores pode ser ampliada, porém os dois mencionados são especialmente relevantes na questão da Floresta Amazônica: basta considerar que o rio Amazonas concentra um quinto das reservas de água doce mundiais e a região amazônica é a maior área contínua de floresta tropical do mundo, além de ser a maior fonte produtora de oxigênio do mundo; o seu potencial de armazenamento do gás carbônico emitido é proporcionalmente alto (cerca de 20% das emissões mundiais de CO₂).

A temática “florestas tropicais” tem numerosas facetas, incluindo aspectos políticos, econômicos, ecológicos, culturais etc. que envolvem diferentes áreas disciplinares e, no caso da Comunicação Intercultural, implicam uma orientação interdisciplinar. O recente acordo energético firmado com a Alemanha para o fornecimento de biocombustíveis produzidos e exportados pelo Brasil ensejou um comentário da revista alemã *Der Spiegel* que exemplifica bem a problemática comunicativa em torno do assunto: “A crítica da Alemanha de que o biocombustível produzido no Brasil poderia ampliar a devastação da Floresta Amazônica é interpretada pelos brasileiros como uma tentativa de criar barreiras de mercado” (SPIEGEL 21/2008, p. 145/146).



O exemplo citado apresenta um típico padrão de conflito comunicativo, em que um mesmo acontecimento é interpretado de maneiras diversas em diferentes esferas contextuais – o “conhecimento do mundo” (*Weltwissen*), a “imagem do mundo” (*Weltbild*), a cultura etc. A preocupação manifestada pelos alemães faz parte de um discurso ambiental marcado pelas condições existentes em um país economicamente desenvolvido, em uma sociedade com um alto grau de bem-estar e orientada à preservação da natureza etc. A perspectiva brasileira está vinculada, entre outros aspectos, a um PIB per capita que corresponde a 25% do alemão e a uma notória desigualdade social. A prioridade da política brasileira é, portanto, a aceleração do crescimento econômico, uma postura comparável à do período de reconstrução da Alemanha após a 2ª Guerra Mundial. Diante dessas desigualdades na distribuição do bem-estar socioeconômico, “as projeções dos países do Norte em termos ambientais são vistas como neocolonialistas” (MÜLLER-JUNG, 17/5/08), como uma tentativa de transferir para o Terceiro Mundo os custos do bem-estar do Primeiro Mundo. Cada ato da comunicação está vinculado a um plano contextual mais amplo (mesmo que não seja necessariamente determinado por este).

Este, porém, é um esclarecimento apenas parcial da situação. Para Vargas Llosa, a dicotomia Primeiro Mundo e Terceiro Mundo deixou há muito de ser válida: a realidade é que, no Primeiro Mundo, existe hoje um Terceiro Mundo, o dos perdedores da modernização, assim como no Terceiro Mundo há um Primeiro Mundo, o das ilhas de bem-estar das *gated communities*, que dispõem de uma infra-estrutura própria. Esta é uma situação bastante característica no Brasil, razão por que se considera a existência de duas sociedades paralelas no país: o estrato social alto, que perfaz 20% da população e possui um estilo de vida e de consumo bastante similar ao europeu, por um lado, e os 80% restantes da população que habitam nas áreas rurais e nas periferias das grandes cidades. Boa parte dessa parcela da população vive sob condições precárias, o que coloca a preservação ambiental em clara posição de concorrência com as necessidades práticas da vida cotidiana. Incluem-se nessa mesma constelação as invasões dos sem-terra em áreas de floresta, assim como os interesses da indústria na produção de soja e de biocombustíveis e, com isso, na ocupação das terras florestais para a agricultura. Somem-se a isso algumas peculiaridades geradas pela sobreposição de interesses privados e políticos: Blairo Maggi, o maior produtor de soja do Brasil, é também governador de um dos maiores Estados da região amazônica, o Mato Grosso, participando, assim, das decisões que definem a quota de desmatamento permitida para



as atividades agroindustriais. Motivada por desacordos sobre a condução da política ambiental, a renúncia de Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente e negociadora do acordo recentemente assinado entre Brasil e Alemanha, mostra que a temática envolve não só aspectos *interculturais*, como também *intraculturais*: o debate acerca da Floresta Amazônica também se tornou uma questão da política interna na sociedade brasileira.

A funcionalidade das esferas de ação (como a política, a economia, a preservação ambiental etc.) é dependente da comunicação, o que significa, nas sociedades modernas, que devem estar presentes na mídia. Isso é válido tanto para as tradicionais mídias impressas (jornais, revistas semanais, livros), quanto para as chamadas mídias de massa (televisão e rádio; esse último, uma mídia geralmente subestimada, mas de importância fundamental para a divulgação de notícias locais, sobretudo em culturas semiletradas como a brasileira) e as mídias eletrônicas (internet). Conclui-se, assim, a delimitação do campo em que se fundamenta empiricamente este estudo-piloto: as ações comunicativas acerca da Floresta Amazônica veiculadas pela mídia serão examinadas em seus diversos contextos, ou seja, políticos, político-ambientais, culturais etc., tanto sob o aspecto intercultural quanto intracultural.

2.1 Exemplos da atualidade

O exemplo a seguir foi extraído de uma notícia de 24/05/2008, publicada primeiro pelo jornal *O Estado de São Paulo* e depois amplamente divulgada pela mídia brasileira.

Trata-se da discussão ocorrida entre o atual ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o já mencionado governador do Mato Grosso, Blairo Maggi:

De **Paris**, onde estava e de onde concedeu entrevistas, Minc elegeu Maggi como “inimigo da floresta” e insinuou que o governador só não planta soja nos Andes porque não pode. Maggi reagiu dizendo não ter terras nos Andes e que é folclore a informação, circulante nos meios ambientais, de que é o maior plantador individual de soja do mundo. Minc rebateu insinuando que Maggi era um piromaniaco. E, na quarta-feira, anunciou que o desmatamento aumentou 60% em Mato Grosso no mês de abril, antecipando anúncio oficial que será feito na segunda-feira. Maggi contestou os dados. (O ESTADO DE SÃO PAULO DIGITAL, 24/05/08)⁴

O presidente Lula, em meio às tentativas de apaziguar a discussão, fez o seguinte comentário: “Será que esses dois não percebem que isso prejudica a imagem do País lá fora, justamente num momento tão bom para os nossos negócios?”⁵

⁴ O Estado de São Paulo digital (2008). http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac177376,0.htm

⁵ Idem.



O exemplo demonstra que a comunicação intracultural e a comunicação intercultural estão interligadas, e evidencia a necessidade de examinar esses processos localmente, uma vez que são divulgados na imprensa internacional apenas abreviadamente.

O segundo exemplo foi extraído de um artigo publicado na edição de 27/5/2008 da revista eletrônica *Spiegel Online*. De acordo com a notícia, o “serviço secreto brasileiro” teria iniciado investigações contra o empresário e multimilionário anglo-sueco Johan Eliasch, que publicou uma declaração de que a Amazônia, em toda a sua extensão, poderia ser comprada por 50 bilhões de dólares. Isso ocorreu pouco depois de uma afirmação feita por políticos britânicos de que a Floresta Amazônica é muito importante para a humanidade para que a sua administração fique nas mãos do governo brasileiro. Como esperado, o presidente Lula contestou a declaração e insistiu nos direitos de soberania do Estado Brasileiro, afirmando que a Amazônia pertence ao povo brasileiro (SPIEGEL ONLINE 27.5.2008)⁶. Considerando o fato de que Eliasch já possui 160.000 hectares de terra em área de floresta, o que se observa é uma relação de concorrência entre direitos de propriedade, direitos de soberania nacional e direitos legais da comunidade internacional. Para além de seu significado geográfico, a região amazônica tem uma grande relevância na política de segurança do Brasil, pois a questão levantada desde os anos 70 sobre os direitos territoriais do Brasil em relação à Amazônia toca essencialmente a questão das fronteiras e, com isso, da segurança e autonomia nacionais. Os aspectos geográficos e, sobretudo, a compreensão de processos geopolíticos e socioeconômicos são, portanto, de suma importância para o discurso em questão.

2.2 Estado atual da investigação científica

Embora a Comunicação Ambiental não seja um tema novo na investigação científica (v. Luhmann, 1988), apenas recentemente as atenções da mídia e do público se voltaram para a problemática das florestas tropicais. Essa é a razão por que há poucas pesquisas no assunto, com exceção das contribuições de MANFRED NITSCH (1992, 1998). Seus estudos sobre a Amazônia são uma “contribuição para o entendimento interdisciplinar relacionado à proteção ambiental”; para isso, NITSCH toma como base a proposta de Luhman para a distinção dos diversos sistemas da sociedade moderna (ecologia, economia, sistemas políticos e sociais), cujo funcionamento obedece a

⁶ Spiegel online (2008): <http://www.spiegel.de/wirtschaft/0,1518,555652,00.html>



códigos diferenciais (*Leitdifferenzen*) específicos. Em linha com NITSCH (e HABERMAS), porém, este projeto dá enfoque à comunicação coloquial e à comunicação veiculada pela mídia, fundamentada na primeira. Tendo-se em conta que é por meio destas que os respectivos códigos e seus discursos ganham expressão, a abordagem teórico-sistemática da ecologia será complementada por uma abordagem teórica da mídia.

2.3 Objetivo e organização do trabalho

O objeto do estudo são as ações comunicativas veiculadas na mídia sobre o tema “Floresta Amazônica” em contextos diversos, como a política (política ambiental, política de segurança, política interna, política econômica, política externa etc.), a cultura, a economia, do direito etc. As observações baseiam-se em comparações interculturais entre o Brasil e a Alemanha.

Para a realização do projeto, pretende-se efetuar um rastreamento de todas as notícias relevantes para o tema que sejam veiculadas pela mídia em um período de três meses. O material empírico coletado será submetido a análise e avaliação, para as quais será estabelecido igualmente um período de três meses.

O projeto exige uma metodologia de trabalho interdisciplinar, uma vez que trata de uma clássica temática da Geografia, porém lançando mão de métodos da Comunicação Intercultural (análise de discurso, análise de conteúdo).

Referências bibliográficas

- BETHGE, PH. ET AL (2008): Marktplatz der Natur. Spiegel Nr. 21, S. 132-147
- FAHLE, O.; HANKE, M. [eds.] (2008): Technobilder und Kommunikologie. Die Medientheorie Vilém Flussers. Berlin (Parerga).
- HANKE, M. (2004): Comunicação Intercultural. Uma perspectiva para as diferenças entre as culturas nórdicas e latinas. In: Congreso Internacional de Políticas Culturales e Integración Regional. Instituto de Lingüística, Facultad de Filosofía e Letras, Universidad de Buenos Aires. S. 765-776. Buenos Aires
- KOHOUT, F. (1999): Politische Ökologie und Internationale Politik. In: MAYER-TASCH, P. C. [eds.] (1999): Politische Ökologie. Eine Einführung. Oldenburg
- KRÄMER, A. (1986): Ökologie und politische Öffentlichkeit. Zum Verhältnis von Massenmedien und Umweltproblematik. München
- KRINGS, TH.; MÜLLER, B. (2001): Politische Ökologie: Theoretische Leitlinien und aktuelle Forschungsfelder. In: REUBER, P.; WOLKERSDORFER, G. [eds.] (2001): Politische Geographie. Handlungsorientierte Ansätze und Critical Geopolitics. Heidelberg
- LUHMANN, N. (1988): Ökologische Kommunikation. Kann die moderne Gesellschaft sich auf ökologische Gefährdungen einstellen? Opladen
- MAYER-TASCH, P. C. (1999): Was ist und wozu betreibt man Politische Ökologie? In: MAYER-TASCH, P. C. [eds.] (1999): Politische Ökologie. Eine Einführung. Oldenburg



- MÜLLER-JUNG, J. (2008): Nutzendenken im Naturschutz. In: Frankfurter Allgemeine Zeitung (17.5.2008)
- NITSCH, M. (1993): Vom Nutzen des systemtheoretischen Ansatzes für die Analyse von Umweltschutz und Entwicklung – mit Beispielen aus dem brasilianischen Amazonasgebiet. Überarbeiteter Beitrag für die Jahrestagung des Ausschusses "Entwicklungsländer" des Vereins für Sozialpolitik "Umweltschutz und Entwicklungspolitik", Darmstadt, 18.-20. Juni 1992, S. 1-31. In: SAUTTER, HERMANN [eds.]: *Umweltschutz und Entwicklungspolitik*. Schriften des Vereins für Sozialpolitik, Neue Folge Band 226. Berlin
- NITSCH, M. (1999): Amazonien zwischen Raubbau, nachhaltiger Nutzung und Naturschutz. Zu den Konsequenzen von alternativen Mustern und Diskursen über die „Grenze“. In: MEYER, GÜNTHER/THIMM, ANDREAS [eds.]: *Naturräume in der Dritten Welt. Ausbeutung, nachhaltige Nutzung oder Schutz*. Interdisziplinärer Arbeitskreis Dritte Welt, Bd. 13, S. 113-134. Mainz
- SOLANA, J. (2008): Der Klimawandel birgt sicherheitspolitische Risiken. Frankfurter Allgemeine Zeitung 13.3.2008
- SPIEGEL ONLINE (2008): Brasiliens Geheimdienst ermittelt gegen Regenwaldkäufer. Internet: <http://www.spiegel.de/wirtschaft/0,1518,555652,00.html> (27.05.2008)
- WELZER, H. (2008): Klimakriege. Wofür im 21. Jahrhundert getötet wird. Frankfurt am Main. sem autor (2008): Lula intervém em discussão entre Minc e Maggi. Internet: http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac177376,0.htm (24.05.2008)